

Hub Pagamentos S.A.

Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2022



Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Hub Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Hub Pagamentos”) apresenta as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Companhia é controlada pela Holding Hub Prepaid Participações S.A., subsidiária integral do Magazine Luiza S.A. desde julho de 2021.

Atualmente a Hub Pagamentos é uma das maiores plataformas de Banking as a Service (BaaS) do país para o segmento B2B2C e líder no processamento de cartões pré-pagos. O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela consolidação da Hub Pagamentos como um verdadeiro elo entre os participantes do ecossistema Magalu.

Com base nas atividades já desempenhadas pela Companhia desde a sua concepção, no seu papel no ecossistema Magalu, além de novas oportunidades advindas da agenda regulatória e da sua estratégia de crescimento, diversos projetos foram iniciados e priorizados nas verticais de Produtos Pessoa Jurídica, Risco e Produtos Pessoa Física.

Na vertical Produtos Pessoa Jurídica, vale destacar a finalização e o aperfeiçoamento da Conta Digital Pessoa Jurídica “Magalu Pay Empresas” e o início dos testes do Cartão de Crédito Pessoa Jurídica.

Na vertical de Risco cabe destacar a evolução do nosso motor de prevenção à fraude, que foi atualizado para a versão mais moderna disponível no mercado. Essa atualização aumentou exponencialmente a eficiência no monitoramento de transações financeiras, ratificando o compromisso da Companhia de facilitar a “bancarização” do varejo brasileiro, por meio dos serviços oferecidos, sem renunciar à forte segurança na gestão de recursos de seus clientes.

No que se refere a produtos para Pessoas Físicas, destaca-se a internalização de toda a estrutura tecnológica e regulatória Magalu Pay (conta digital pessoa física integrada ao superapp do Magalu), reduzindo custos e aumentando a rentabilidade do produto.

Adicionalmente, vale ressaltar o crescimento relevante das operações da Hub Pagamentos S.A. como participante direto do PIX, que processou durante o primeiro semestre de 2022 mais de 1,4 milhão de transações, registrando um crescimento de mais de 250% frente ao semestre anterior.

Continuamos otimistas com relação ao futuro da Companhia e às oportunidades para seguir expandindo nossos negócios. Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas por toda a parceria nesta jornada.

Barueri, 26 de agosto de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e aos Administradores do

Hub Pagamentos S.A

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hub Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:

Conforme mencionado na nota explicativa nº27, a HUB Pagamentos S.A. recebeu aporte de capital, no valor de R\$ 100 milhões, da controladora Magazine Luiza S.A., em 05 de agosto de 2022 e em 25 de agosto de 2022. O aporte teve como objetivo a constituição, por meio de aplicações em títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, dos saldos de salvaguardas para as operações registradas como contas de pagamento pré-pagas e obrigações a liquidar de arranjos de pagamentos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da apresentação das demonstrações do resultado conforme Resolução BCB 02/202 descritos na nota 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatórios de auditoria sem modificações, nas datas de 27 de agosto de 2021 e 31 de março de 2022, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às referidas demonstrações contábeis. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Instituição referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Renato Nantes
Contador CRC - 1RJ115529/O-7

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.083	47.547	Depósitos	13	161.137	200.932
Títulos e valores mobiliários	6	226.264	336.357	Contas a pagar	14	188.317	271.209
Contas a receber	7	42.776	36.415	Impostos e contribuições a recolher		1.711	1.484
Estoques	8	5.624	4.460	Obrigações sociais e trabalhistas	15	6.064	4.346
Impostos a compensar ou a recuperar		4.518	4.243	Outras obrigações		1.163	8.046
Despesas antecipadas		3.357	4.244	Provisões judiciais	16	1.046	2.770
Outros créditos	9	3.879	2.985	Total do passivo		359.438	488.787
Ativo fiscal diferido	10	25.863	26.399	Patrimônio líquido			
Imobilizado de uso	11	37.478	41.567	Capital social	17	143.497	143.497
Intangível	12	63.670	55.587	Capital social em aprovação	17	24.000	24.000
Depreciação e amortização		(29.388)	(27.791)	Prejuízos acumulados		(134.811)	(124.271)
				Total do patrimônio líquido		32.686	43.226
Total do ativo		<u>392.124</u>	<u>532.013</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>392.124</u>	<u>532.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação	Nota	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u> (Reapresentado)
Receitas de intermediação financeira	18	60.870	49.785
Receitas de tarifas e similares		46.637	48.194
Receitas de títulos e valores mobiliários		14.233	1.591
Despesas de intermediação financeira		(3.171)	(4.053)
Despesas com tarifas e similares		(3.171)	(4.053)
Resultado de intermediação financeira		57.699	45.732
Outras receitas/despesas operacionais		(67.703)	(76.504)
Despesas de pessoal	19	(15.027)	(18.818)
Despesas gerais e administrativas	20	(33.343)	(34.163)
Despesas comerciais	21	(12.597)	(6.115)
Outras despesas operacionais	22	(6.736)	(17.408)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(10.004)	(30.772)
Imposto de renda e contribuição social		(536)	(86)
Resultado do semestre		(10.540)	(30.858)
Quantidade de ações		80.085.880	61.222.015
Resultado líquido por ação		(0,13)	(0,50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Em milhares de reais	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado do período	(10.540)	(30.858)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(10.540)	(30.858)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social em aprovação	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>90.767</u>	<u>8.930</u>	-	<u>(83.211)</u>	<u>16.486</u>
Capital social aprovado	18.930	(8.930)	-	-	10.000
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	33.800	(33.800)	-	-
Resultado do 1º semestre	-	-	-	(30.858)	(30.858)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>109.697</u>	<u>33.800</u>	<u>(33.800)</u>	<u>(114.069)</u>	<u>(4.372)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>143.497</u>	<u>24.000</u>	-	<u>(124.271)</u>	<u>43.226</u>
Resultado do 1º semestre	-	-	-	(10.540)	(10.540)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>143.497</u>	<u>24.000</u>	-	<u>(134.811)</u>	<u>32.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Em milhares de reais		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(10.540)	(30.858)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.262	4.337
Imposto de renda e contribuição social	536	86
Constituição/reversão de provisões judiciais	(1.724)	509
Perda de ativo intangível	-	5.001
Varição nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	110.093	5.180
Contas a receber	(6.361)	105.132
Estoques	(1.164)	(727)
Impostos a compensar ou a recuperar	(275)	(125)
Despesas antecipadas	887	183
Outros créditos	(894)	34.707
Depósitos	(39.795)	13.359
Contas a pagar	(82.892)	(96.318)
Impostos e contribuições a recolher	227	(426)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.718	1.005
Outras obrigações	(6.883)	(2.440)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(30.805)</u>	<u>38.605</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(466)	(716)
Aquisição de intangível	(8.193)	(9.801)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(8.659)</u>	<u>(10.517)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital social	-	10.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	<u>10.000</u>
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.464)</u>	<u>38.088</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	47.547	8.046
No fim do período	8.083	46.134
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.464)</u>	<u>38.088</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Hub Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Hub Pagamentos”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Arapoema, 529, Tamboré - Barueri, São Paulo. A Companhia é controlada pela Holding Hub Prepaid Participações S.A., subsidiária integral da Magazine Luiza S.A.

A Hub Pagamentos tem por objeto a emissão, administração, processamento de cartões de pagamento pré-pagos e contas digitais, provendo soluções rápidas, seguras e personalizadas, com tecnologia própria e verticalizada.

A Companhia iniciou as suas atividades em setembro de 2012 e em julho de 2020 a Hub Pagamentos foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e credenciador.

O plano de negócios da Hub prevê que o crescimento no volume transacionado pelos clientes já existentes no portfólio e a entrada de novos clientes e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros futuros. Desta maneira, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a Companhia está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, utilizando o custo como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de agosto de 2022.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem depósitos bancários em moeda nacional e aplicações interfinanceiras, com vencimentos originais em até 90 dias, que são utilizados pela Companhia na gestão de caixa das obrigações de curto prazo.

b. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 está classificada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

- Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve perda por *impairment*.

f. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é diferido ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes à emissão de cartões, as quais são diferidas utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil dos cartões.

g. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

h. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos pela Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

i. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento ocorrido gera uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Tais provisões decorrem de processos judiciais e são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a sua probabilidade de perda como:

- Provável: são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de provisões;
- Possível: são divulgadas nas demonstrações contábeis, quando relevantes, não tendo a necessidade de registro de provisão; e
- Remoto: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

k. Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre Serviços (ISS)	2,00%

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do período, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no período são reconhecidas no resultado, tanto o imposto de renda quanto a contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são

revisados a cada data de balanço e são baixados por utilização ou na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem realizadas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

I. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 – Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

m. Resultado não recorrente

O resultado não recorrente é aquele que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e não esteja previsto ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2022 não houve resultado classificado como não recorrente e em 30 de junho de 2021 foi registrada a baixa de software obsoleto no montante de R\$ 5.001 e incentivos contratuais no montante de R\$ 3.750.

4. Reclassificação

Para melhor comparabilidade, algumas contas do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados de 30 de junho de 2021 tiveram seus saldos reclassificados, conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Contas a pagar	262.737	8.472	271.209
Outras obrigações	16.518	(8.472)	8.046

Demonstração do resultado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional líquida	42.844	(42.844)	-
Receitas de intermediação financeira	-	49.785	49.785
Receitas de tarifas e similares	-	48.194	48.194
Receitas de títulos e valores mobiliários	-	1.591	1.591
Despesas de intermediação financeira	-	(4.053)	(4.053)
Despesas com tarifas e similares	-	(4.053)	(4.053)
Outras receitas/despesas operacionais	(56.256)	(1.430)	(51.571)
Despesas gerais e administrativas	(38.150)	3.987	(34.163)
Outras despesas operacionais	(11.991)	(5.417)	(17.408)
Resultado financeiro	1.458	(1.458)	-

5. Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	398	15.930
Depósito de moeda eletrônica	-	26.000
Outras reservas livres	2.690	5.617
Total	<u>3.088</u>	<u>47.547</u>

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Letras financeiras do tesouro – LFT*	4.995	-
Total	<u>4.995</u>	<u>-</u>

*operações compromissadas com liquidação diária.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira própria	43.609	10.715
Vinculados a saldos em conta pré-paga	182.655	198.524
Vinculados a prestação de garantias	-	127.118
Total	<u>226.264</u>	<u>336.357</u>

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria para negociação, conforme segue:

	30/06/2022				31/12/2021
	Custo amortizado	Valor de mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de mercado
Carteira própria	43.509	43.609	4.954	38.655	-
Títulos públicos	32.262	32.326	284	32.042	-
Letras financeiras do tesouro	32.262	32.326	284	32.042	-
Títulos privados	11.247	11.283	4.670	6.613	10.715
Certificados de depósito bancário	11.247	11.283	4.670	6.613	10.715
Vinculados a saldos em conta pré-paga					
Títulos públicos	182.676	182.655	182.655	-	198.524
Letras financeiras do tesouro	170.182	170.161	170.161	-	188.379
Letras do tesouro nacional	12.494	12.494	12.494	-	10.145
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos públicos	-	-	-	-	127.118
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	127.118
Total	226.185	226.264	187.409	38.655	336.357

7. Contas a receber

	30/06/2022	31/12/2021
Terceiros	40.511	32.900
Partes relacionadas (nota explicativa 23)	2.265	3.515
Total	42.776	36.415
Circulante	42.776	36.415

Os saldos referem-se aos serviços prestados, bem como cargas nas contas de pagamento.

8. Estoques

Os saldos dos estoques com prazo médio de utilização inferior a 12 meses, no montante de R\$ 5.624 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 4.460), referem-se aos insumos disponíveis para a produção dos cartões pré-pagos.

9. Outros créditos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a fornecedores	1.202	885
Depósitos judiciais (nota explicativa 16c)	902	398
Garantias	986	1.021
Outros	789	681
Total	<u>3.879</u>	<u>2.985</u>
Circulante	2.977	2.587
Não circulante	902	398

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.004)	(30.772)
Adições/exclusões permanentes e temporárias	<u>(3.551)</u>	<u>12.784</u>
Base de cálculo	<u>(13.555)</u>	<u>(17.988)</u>
Saldo imposto de renda e contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões	468	2.046
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>75.599</u>	<u>75.599</u>
Base de cálculo	<u>76.067</u>	<u>77.645</u>
Alíquota de IR/CS	34%	34%
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>25.863</u>	<u>26.399</u>

A Companhia registrou o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias dedutíveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido será realizado na medida em que os prejuízos fiscais/base negativa forem compensados e as diferenças temporárias forem realizadas.

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía o montante de R\$ 19.032 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 15.707) de crédito tributário não ativado. A Companhia deixou de ativar novos créditos tributários a partir de julho de 2020, quando passou a ser regulada pelo BACEN como Instituição de Pagamentos, pelo fato de não possuir histórico de lucro em anos anteriores e desta forma, não cumprir os requisitos necessários para a ativação de novos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2022 é de R\$ 23.429 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 20.342).

c. Movimentação do crédito tributário

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	26.399	26.546
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	<u>(536)</u>	<u>(147)</u>
Saldo final	<u>25.863</u>	<u>26.399</u>

d. Realização futura do crédito tributário

Exercício	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2023	14.499	5.220	19.719
2024	4.518	1.626	6.144
Total	<u>19.017</u>	<u>6.846</u>	<u>25.863</u>

11. Imobilizado de uso

a) Composição

	<u>Taxa anual</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido 30/06/2022</u>	<u>Valor líquido 31/12/2021</u>
Bens do imobilizado					
Terrenos	-	16.600	-	16.600	16.600
Edificações	-	6.234	(530)	5.704	5.759
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	10%	6.286	(5.642)	644	955
Equipamentos de informática	20%	6.779	(4.435)	2.344	2.111
Móveis e utensílios	10%	1.299	(1.036)	263	426
Instalações	10%	280	(256)	24	34
Total		<u>37.478</u>	<u>(11.899)</u>	<u>25.579</u>	<u>25.889</u>

b) Movimentação

	31/12/2021	30/06/2022		Saldo final
	Saldo inicial	Adições / Baixas	Depreciação	
Bens do imobilizado				
Terrenos	16.600	-	-	16.600
Edificações	5.759	-	(55)	5.704
Benfeitorias em bens de terceiros	4	-	(4)	-
Máquinas e equipamentos	955	-	(311)	644
Equipamentos de informática	2.111	565	(332)	2.344
Móveis e utensílios	426	(99)	(64)	263
Instalações	34	-	(10)	24
Total	25.889	466	(776)	25.579

12. Intangível

a) Composição

O Intangível é composto principalmente por softwares adquiridos e plataformas desenvolvidas internamente, amortizáveis no prazo de até 5 anos.

	Custo	Amortização	Valor líquido 30/06/2022	Valor líquido 31/12/2021
Softwares	62.678	(16.802)	45.876	43.169
Outros	992	(687)	305	305
Total	63.670	(17.489)	46.181	43.474

b) Movimentação

	31/12/2021	30/06/2022		Saldo final
	Saldo inicial	Adições/ baixas	Amortização	
Softwares	43.169	8.193	(5.486)	45.876
Outros	305	-	-	305
Total	43.474	8.193	(5.486)	46.181

13. Depósitos

O montante de R\$ 161.137 em 30 de junho de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 200.932) corresponde a depósitos efetuados pelos clientes na conta de pagamento pré-paga HUB. Estes valores são mantidos em Conta Corrente Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) e títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), em conformidade com a Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

14. Contas a pagar

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a liquidar – arranjos de pagamento ⁽¹⁾	162.616	246.942
Fornecedores	3.724	5.343
Valores a repassar - Bandeiras	7.200	7.200
Repasses contratuais de clientes	13.764	11.372
Outros	1.013	352
Total	<u>188.317</u>	<u>271.209</u>
Circulante	188.317	271.209

⁽¹⁾ Valores transacionados pelos clientes nos estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de férias e encargos sociais	4.175	2.718
Salários a pagar	1.072	931
Encargos sociais a recolher	817	697
Total	<u>6.064</u>	<u>4.346</u>
Circulante	6.064	4.346

16. Provisões judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para processos trabalhistas e cíveis classificados como perda provável, conforme abaixo.

a. Saldos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	603	555
Trabalhistas	443	2.215
Total	<u>1.046</u>	<u>2.770</u>
Não Circulante	<u>1.046</u>	<u>2.770</u>

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía ações cíveis (R\$ 1.568) e ações trabalhistas (R\$ 473), classificadas com risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos.

b. Movimentação

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições / Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2022</u>
Cíveis	555	28	20	603
Trabalhistas	2.215	(1.776)	4	443
Total	<u>2.770</u>	<u>(1.748)</u>	<u>24</u>	<u>1.046</u>

c. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros Créditos. O total de depósitos judiciais é de R\$ 902 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 398), sendo R\$ 209 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 300) relacionados a causas trabalhistas e R\$ 693 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 98) relacionados a causas cíveis, conforme nota explicativa 9.

17. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2022 é de R\$ 143.497 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 143.497) representado por 80.085.880 (31 de dezembro de 2021 – 80.085.880) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, com a emissão de 18.863.865 ações ordinárias, no montante de R\$ 33.800, o qual foi aprovado pelo BACEN em 24 de setembro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, com a emissão de 24.000.000 novas ações ordinárias, no montante de R\$ 24.000, o qual foi submetido à aprovação do BACEN.

18. Receita de intermediação financeira

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receita de tarifas e similares	46.637	48.194
Intercâmbio	24.443	24.723
Tarifas de Serviços	22.194	23.471
Receita de títulos e valores mobiliários	14.233	1.591
Total	<u><u>60.870</u></u>	<u><u>49.785</u></u>

19. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Proventos	(10.162)	(13.583)
Benefícios	(1.185)	(1.252)
Encargos sociais	(3.386)	(3.674)
Outras	(294)	(309)
Total	<u>(15.027)</u>	<u>(18.818)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Custos com Bandeiras	(8.718)	(9.760)
Serviços especializados	(4.928)	(6.440)
Serviços de impressão	(1.873)	(5.648)
Depreciação e amortização (*)	(5.887)	(3.704)
Serviços telecomunicação e internet	(1.421)	(1.588)
Manutenção e conservação	(2.535)	(1.518)
Serviços de postagem	(1.620)	(1.480)
Locação de data center	(5.650)	(1.458)
Outras	(711)	(2.567)
Total	<u>(33.343)</u>	<u>(34.163)</u>

(*) Despesa apresentada líquida de créditos de Pis e Cofins.

21. Despesas comerciais

As despesas comerciais, no montante de R\$ 12.597 em 30 de junho de 2022 e R\$ 6.115 em 30 de junho de 2021, se referem a rebates e repasses.

22. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Impostos e taxas	(5.299)	(4.710)
Outras despesas ⁽¹⁾	(1.437)	(12.698)
Total	<u>(6.736)</u>	<u>(17.408)</u>

⁽¹⁾ Em 30/06/2021, inclui baixa de software obsoleto (R\$ 5.001) e incentivos contratuais (R\$ 3.750).

23. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definição contida no CPC 05 (R1).

- a. As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se à prestação de serviços de emissão e administração de contas pré-pagas, no curso normal de suas atividades e em condições de mercado.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

Ativo	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber	2.265	3.515
Magazine Luiza	383	333
Magalu Pagamentos	1.882	3.182
Resultado	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas de intermediação financeira	408	2.448
Social Bank	-	2.448
Magazine Luiza	308	-
Magalu Pagamentos	100	-
Outras despesas operacionais		
Social Bank	-	2.717

- b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral é fixado o montante global da remuneração dos Diretores. Para o primeiro semestre de 2022 o valor da remuneração foi de R\$ 1.872 (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 7.957).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Valor justo dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme balanço patrimonial de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instrumentos financeiros	Categoria	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Disponibilidades	Custo amortizado	3.088	47.547
Aplicações interfinanceiras	Designados ao valor justo	4.995	-
Títulos e valores mobiliários	Designados ao valor justo	226.264	336.357
Contas a receber	Custo amortizado	42.776	36.415
Outros créditos	Custo amortizado	3.879	2.985
Passivo			
Depósitos	Custo amortizado	161.137	200.932
Contas a pagar	Custo amortizado	188.317	271.209
Outras obrigações	Custo amortizado	1.163	8.046

Todos os instrumentos financeiros mensurados a valor justo estão classificados nos Níveis 1 (Letras Financeiras do Tesouro) e 2 (Certificados de Depósitos Bancários) da hierarquia do valor justo, conforme nota explicativa nº 6.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

25. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Companhia possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos, Gestão de Riscos e *Compliance*: com objetivos de definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos implantados e, por fim, disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se de fato estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da Companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

Como principais riscos que a Companhia está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de prazo de pagamento, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A Companhia possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do Comitê de Riscos que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

b) Risco de prazo de pagamento

O risco de prazo de pagamento é definido como a possibilidade de perdas associadas a falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais.

A natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia mitiga o risco de liquidez. Para clientes que possuam prazo de pagamento contratual, a Companhia tem como prática o estabelecimento de prazos comerciais de acordo com análises específicas.

c) Risco de liquidez e de patrimônio

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Companhia são monitorados diariamente pela Tesouraria e reportados à Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Companhia possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão. Os depósitos dos clientes ainda não utilizados em transações são alocados exclusivamente em i) espécie, no Banco Central do Brasil ou ii) títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), conforme disposto na Resolução BCB nº 80 de 25 de março de 2021.

O patrimônio líquido é monitorado mensalmente de maneira a manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios, sendo mantido no patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze)

meses ou do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681 de 4 de novembro de 2013.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Hub podem ser encontradas no documento publicado em nosso site:

<https://www.hubfintech.com.br/static/Pol%C3%ADtica%20Gerenciamento%20de%20Riscos%20de%20Liquidez%20-%20SITE-49649eb71cac313f4d0f9e6852a3defa.pdf>

d) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - irão afetar os ganhos ou perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 30 de junho de 2022, foram projetados 3 cenários para a análise de sensibilidade. Com base em projeções divulgadas pelo Bacen, foi obtida a projeção do Selic de 10,75% para os próximos 12 meses e foi definido como cenário provável. A partir dele, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do Selic para cada cenário, conforme segue:

	<u>Saldos em 30/06/2022</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Indexador		10,75%	8,06%	5,37%
Certificados de depósito bancário	11.283	1.213	909	606
Letras financeiras do tesouro	202.487	21.767	16.320	10.874
Letras do tesouro nacional	12.494	1.343	1.007	671

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

27. Eventos subsequentes

O Controlador da Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 100 milhões nos dias 5 e 25 de agosto de 2022, destinado à cobertura da Salvaguarda estabelecida pelo BACEN com relação aos saldos a liquidar nos arranjos de pagamento.

MEMBROS DA DIRETORIA

Cláudio Teruhiko Murasaki

Fabio Itiro Bonifácio Murakami

Geisa Diane da Silva
Contadora
CRC 1SP287476/O-0